

**Idolatria e desmascaramento do
Judiciário de exceção:
Sérgio Moro, Operação Lava Jato
e a Vaza Jato**

Alvaro Nunes Laranjeira^{*}
Tarcis Prado Júnior^{**}

1. INTRODUÇÃO.

O ano de 2016 foi turbulento no Brasil. Foi o ano em que a presidente eleita (Dilma Rousseff) em 2014 foi destituída por um “golpeachment”, ou seja, uma mistura de golpe com *impeachment*¹. Esse fato não aconteceu por acaso. Desde 2013 com as manifestações de rua (por conta do aumento das passagens de ônibus em São Paulo num primeiro momento, e depois por uma generalização de demandas sociais) milhares de pessoas mostraram seu descontentamento com o que se chamava de “a velha política” e, principalmente, com a corrupção (seja lá o que isso na verdade representasse para esses grupos). Colaborou para esse clima de descontentamento geral a Operação Lava Jato, uma força-tarefa da Polícia Federal que tinha como método principal o uso da delação premiada, ou seja, se houvesse alguém

* Profesor en el Programa de Postgrado en Comunicación e Idiomas en la Universidad de Tuiuti de Paraná (UTP), Brasil.

** Profesor de los cursos de Periodismo y Publicidad-Propaganda en la Universidad de Tuiuti de Paraná (UTP), Brasil.

¹ Foi impeachment, pelo aspecto legal (ou seja, o ritual legislativo foi cumprido em suas etapas), e ao mesmo tempo golpe, já que as tais “pedaladas fiscais” (recursos realocados sem autorização) foram apenas a desculpa burocrática para a retirada de Dilma da presidência do país.

disposto a delatar outrem, o delatado (grosso modo) seria preso e assim ficaria *ad infinitum*. Na cabeça dessa Operação estava um juiz de primeira instância que desde o início conquistou (menos por carisma pessoal, mais por conveniência) os donos da mídia *mainstream*. Mais que depressa esta percebeu a oportunidade que teria de finalmente ter seu candidato de estimação ao posto de herói do povo brasileiro e não tardou a fazê-lo por meio de editoriais, reportagens e premiações chapa-branca para potencializar o endeusamento do magistrado perante grande parte da sociedade (especialmente a classe média) tupiniquim.

Assim, este estudo é sobre o endeusamento de Sérgio Moro pela mídia, sua ascensão e queda no contexto de um judiciário de exceção, ou seja, aquele sistema em que a Justiça fecha os olhos para os crimes de uns e utiliza lupa para os de outros; que é morosa com quem interessa, mas que sabe turbinar o processo daqueles em que a pressa não está nem aí para a perfeição – e que, acima de tudo, tem na mídia fiel escudeira (e capataz). Nesse sentido, propomos aqui delinear o processo de glorificação de Moro pela mídia utilizando como *corpus* algumas matérias do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, e a etapa do seu desmascaramento, por meio de reportagens do portal The Intercept Brasil num contexto em que tudo acontece sob o manto da “justiça² de ocasião”.

Como metodologia de análise, utilizamos a pesquisa qualitativa, especificamente com a sociologia compreensiva³ como método, a partir de Maffesoli que promove uma abordagem socioantropológica do objeto na qual se descreve e compreende os fenômenos do cotidiano. Esta “sociologia do lado de dentro” (2010: 31) concebe o pensador implicado no mundo que descreve, distanciando-se da oposição sujeito e objeto, forma e conteúdo. Entendemos ser necessária essa visão de dentro para fora porque o pesquisador é aquele que desvela o que está encoberto e essa seria sua função, incluindo a de narrar o vivido, o cotidiano, e um cotidiano em que o pesquisador nele esteja implicado,

² Justissa com dois esses mesmo: uma ironia para caracterizar a picardia que foi a Justiça naquele episódio).

³ A sociologia compreensiva surge com o alemão Max Weber, considerado um dos fundadores da Sociologia. Weber desenvolveu o *Verstehen* (compreensão), método compreensivo para estudar a ação, os fatos humanos na sociologia. Para o autor, esta é uma ciência que visa “compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido” (2010: 14). Para Weber, as pessoas não têm consciência do sentido de suas ações e agem por impulso ou costume na maioria das vezes. As emoções e estados afetivos irracionais intervêm nas atividades humanas e devem ser consideradas na atitude compreensiva. A abordagem compreensiva permite descrever e interpretar a ação social a partir de evidências não apenas racionais, que podem ser apreendidas intelectualmente de modo imediato e claro.

o que é o caso deste estudo. Além disso, o método de análise e a visada ao material estudado carregam o viés do “empirismo especulativo”, ou seja, “a produção de uma razão sensível, capaz de considerar os elementos mais diversos da prática social” (Maffesoli, 2011: 18). O sociólogo francês enfatiza a importância do papel de tal pensamento:

Tal “razão sensível” combate, com serenidade e desenvoltura, a concepção da Verdade como certeza/retidão (prevalecente no saber estabelecido e nas diversas instituições do academismo intelectual) onde só importa o que é quantificável. É necessário precisar que o pensamento holístico (ecosofia) não descreve o mundo “ao inverso” que seria o apanágio de alguns sonhadores hamletianos, mas, ao contrário, “o lado direito” do mundo. O que é justo, isto é, o lugar do estar-junto; sua biosfera. É tudo isso que significa, em seu sentido forte, a “razão sensível”: saber colocar em ação a paixão para pensar o pathos do estar-aí (ser-aí). (Maffesoli, 2016: 20).

Como aporte teórico, além de Weber (em relação à metodologia compreensiva e Maffesoli no mesmo tema), utilizamos na noção de imaginário Gilbert Durand, Juremir Machado da Silva e o próprio Maffesoli, no sentido de mostrar que o herói (o deus) Moro foi construído como tal pela mídia por meio do imaginário e suas tecnologias. Outro autor bastante caro a esta pesquisa é Joseph Campbell, que se vale do conceito de monomito para mostrar que a maioria das histórias de heróis dos contos e mitos na humanidade possui uma jornada comum e no nosso entendimento a mídia criou o herói Moro mimetizando (mesmo que involuntariamente) esta jornada. Utilizamos também as ideias de Jessé de Souza sobre a radiografia do que o autor classifica como golpe em 2016 e as ranhuras na democracia em tempos de eleição de figuras de extrema-direita, como a eleição de Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, o artigo está distribuído em quatro seções, além desta introdução e considerações finais. Em *Imaginário* apresentamos a ideia do termo que, no nosso entendimento, é o que mais se adequa à compreensão do fenômeno que estudamos, tudo à luz dos estudos de Maffesoli, Durand e Machado da Silva. Com *A jornada do herói* mostramos como foi a construção do herói Moro pela mídia por meio de matérias, reportagens e textos laudatórios que endeusavam o então juiz federal a cada postagem virtual ou página impressa. Já em *Lava Jato: endeusamento*, apresentamos e discutimos a Operação homônima como locus do processo de endeusamento tanto do juiz Moro, quanto dos procuradores da força-tarefa. Por fim, na seção *Desmascaramento*, mostramos o processo de ruína do então herói Moro e da Lava Jato por meio das denúncias do portal The Intercept Brasil, ocorridas a partir de junho de 2019.

2. IMAGINÁRIO.

No contexto em que o país vivia em 2016, era natural que surgisse um herói, alguém que representasse o poder de metabolizar as ambições e anseios do povo numa luta contra um ente ou uma ideia. Após mais de 10 anos de governo de matriz esquerdista acontece enfim o esgotamento do sistema (Maffesoli, 2011: 64) catapultado pelas fraturas internas cujas manifestações de junho de 2013 puderam revelar e, conseqüentemente, resultar na perda da sua evidência⁴.

Nesse ambiente de polarização social o herói surge para redimir um lado da história, que em 2016 era o majoritário: o da direita conservadora. Numa observação informal, ser contra ou manifestar quaisquer opiniões divergentes sobre o juiz Moro poderia lhe custar, no mínimo, inimizades. Isso tudo faz parte de um imaginário: o do redentor, daquele que “virá impávido como Muhammad Ali⁵” para salvar seu povo, lutar contra os gigantes, enfim, resgatar uma pseudoautoestima outrora perdida.

O imaginário pode desencadear duas ocorrências: reservatório e motor. Reservatório, porque contém imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leitura da vida. É a sedimentação de um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. “O imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como marca individual ou grupal” (Silva, 2012: 12). E ele é também motor porque faz acontecer, funciona como um catalisador, estimulador e estruturador dos limites das práticas. O imaginário é a marca digital simbólica do indivíduo ou do grupo na matéria do vivido. Ou seja: como reservatório, é a impressão digital do ser no mundo e, como motor, é o acelerador que proporciona a ação. Dessa forma, “o homem age (concretiza) porque está mergulhado em correntes imaginárias que o empurram contra ou a favor dos ventos” (Silva, 2012: 12).

Em situações de crise, desamparo, opressão ou algum sentimento de frustração, é esse reservatório que vai forjar o surgimento do herói. As imagens, e principalmente a percepção da vida cotidiana, é que vão subsidiar a criação de tipos (e arquétipos). A partir de então, imprime-se velocidade para a

⁴ É o que explicaria a força agregadora dos movimentos daquela ocasião, nos termos de Maffesoli: “Foi porque era ele, porque era eu [...] poderíamos acrescentar: porque éramos nós”. Ou seja, é a “magia” do momento.

⁵ O trecho é alusivo à música Índio, de Caetano Veloso. Muhammad Ali era o nome pós-conversão ao islamismo de Cassius Clay, mítico pugilista norte-americano que, além de esportista de sucesso, era ativista político.

concretização dessas personas. É o imaginário do herói sendo construído. E isso acontece no nível coletivo. O grupo é um indivíduo de múltiplas cabeças (Silva, 2012) e o imaginário é determinado pela ideia de fazer parte de algo, então se partilha diversas coisas como filosofia de vida, linguagem e atmosfera entre o “racional e o não racional” (Maffesoli, 2001: 80).

Podemos também chamar o imaginário de “a louca da casa⁶” (Silva, 2017), e afirmar ainda que “todo imaginário é kafkiano uma revelação absurda: metamorfose, mutação, choque perceptivo [...] uma mudança radical na figura (imagem) que protagoniza a ação. Uma passagem” (Silva, 2017: 17). O imaginário é ainda uma usina de mitos, então as tecnologias que o engendram (Silva, 2012) são fábricas de mitologias (com seus discursos e fábulas que informam o “trajeto antropológico”, qual seja, a incessante troca que existe no nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas emanando do meio cósmico e social (Durand, 1997: 41) de cada um. E nesse “trajeto antropológico, na ação-retroação, o que existe é essa coisa do vai e vem, da reversão” (Maffesoli, 2017). Assim, como o virtual, o imaginário também não se opõe ao real, é a complementação do real, uma realidade sempre aumentada (Silva, 2017), portanto, a emulação do herói na mídia⁷ não é a fantasia projetada na superfície do texto, mas sim a hipérbole de uma realidade que já se avizinhava e que vem à tona por meio do imaginário forjado pelas matérias dos jornais pró-Moro, por exemplo.

Estudioso do imaginário, Gilbert Durand (1997) divide a profusão das imagens em regimes diurno e noturno. No âmbito noturno do imaginário (Durand, 1997: 355-356) “as imagens arquetípicas ou simbólicas [...] ligam-se às outras sob a forma de narrativa [e] é essa narrativa [...] que chamamos mito” e mais ainda:

O que importa no mito não é exclusivamente o encadeamento da narrativa, mas também o sentido simbólico dos termos. Porque o mito, sendo discurso, reintegra uma certa “linearidade do significante”, esse significante subsiste enquanto símbolo, não enquanto signo linguístico arbitrário. (1997: 356).

Busca-se por meio da análise das matérias do *corpus* deste estudo (que apresentaremos na seção seguinte) fazer (Silva, 2017) emergir espontaneamente

⁶ Esse termo é cunhado por Nicolas Malebranche (2010) que denominou a imaginação como “*folle du logis*” (a louca da casa).

⁷ Muitas vezes nos referimos à mídia no sentido *lato*, mas que aqui toma o significado do objeto de estudo. Ou seja, a mídia aqui, salvo exceções (e, nesse caso, pormenorizadas no fórum adequado para tal), quer dizer: Gazeta do Povo.

o sentido oculto do imaginário da época, afinal o ocultamento –ou as condições e processos desse recobrimento– é que constitui o trabalho de compreensão e de interpretação do caminho do sentido até sua eclosão.

Nesse sentido, pensar a construção do herói nacional forjado pela imprensa é passar pela constatação de que “no símbolo constitutivo da imagem há homogeneidade do significante e do significado [...] e que, por isso, a imagem difere totalmente do arbitrário do signo” (Durand, 1997: 29). Aliás, esse heroísmo fabricado pela imprensa tem sua gênese no simbolismo das imagens e sua força e que “o simbolismo aberto nos prova que o homem tem necessidade de imaginar, que tem direito de imaginar, que tem o dever de aumentar o real” (Bachelard, 1962: 5-6), ou seja, todo imaginário é um excedente (Silva, 2017). Esse excedente, portanto, se exterioriza por meio das tecnologias do imaginário, e o jornalismo como um todo e os jornais impressos (versões *on* e *off-line*) são exemplos disso.

2.1. As tecnologias do imaginário.

O imaginário se expressa por meio de suas tecnologias e estas estabelecem “laço social” e são o principal mecanismo da produção simbólica (Silva, 2012). Esse laço serve de cimento à vida em sociedade. Porém, este só se atualiza pela força de valores partilhados em comum. Nesse sentido, pode-se pensar também na cultura, embora esta seja mais ampla que o imaginário (Silva, 2012). A cultura⁸ aqui se aproxima do imaginário enquanto significados comuns, o produto de todo um povo, que se constituem na vida, feitos e refeitos (Williams, 1958: 5). São significados comuns, expressos na e pela cultura e especialmente de “um estado de espírito, transfigurador” (Maffesoli, 2001: 75). A cultura contém uma parte de imaginário (Maffesoli, 2001), mas ela não se reduz a ele, é mais ampla e, por outro lado, o imaginário não se reduz à cultura, tendo certa autonomia. A cultura é um conjunto de elementos e fenômenos passíveis de descrição (Maffesoli, 2001), já o imaginário, além disso, tem algo de imponderável, sendo o estado de espírito que caracteriza um povo. “A cultura é um dado objetivo; o imaginário, a subjetividade compacta e inexorável. A objetividade da cultura diluiu-se nas águas pesadas da atmosfera imaginal [...] O imaginário toma forma material e deforma o espiritual. Dá-lhe carne e sangue” (Silva, 2012: 16).

⁸ Embora não haja equivalência, cultura e imaginário coabitam, justapõem-se e coexistem (Silva, 2012: 18).

No imaginário, a cópia estimula um imaginário em que “a perda transforma-se em ganho, o desencantamento, em encantamento, a banalização, em reinvestimento na origem” (Silva, 2012: 65). Nesse caso, não há contradição entre o original e a cópia, pois cultua-se um (original) através do outro (cópia).

As tecnologias do imaginário são, portanto, dispositivos de visões de mundo, de produção de mitos, porém jamais imposições. Na “sociedade do espetáculo” (Debord, 1997) onde tudo é mediado por tecnologias de contato, as tecnologias do imaginário buscam mais do que a informação: trabalham pela povoação do universo mental como sendo um território de sensações fundamentais. “E o que as tecnologias podem fazer pelos imaginários? Ajudá-los a olhar. Cada um imagina o que vê e vê o que imagina (...) o olho contempla a lente espiar o mundo e imagina o que vê” (Silva, 2012: 70) e nesse sentido, a construção do na época juiz federal Sérgio Moro como herói é um esforço coletivo de imaginação da visão, tangenciado por um caminho, uma trilha lógica, uma jornada que diversos heróis dos contos e mitos da humanidade já compartilharam.

3. JORNADA DO HERÓI.

O herói –e sua jornada– surge na mitologia por meio de diversos personagens. Um dos contos mais antigos sobre o tema é a epopeia de Gilgamesh, um herói oriundo da Mesopotâmia cuja história acontece cerca de 18 séculos antes de Cristo. A história desse herói guarda similaridades bastante fortes com os relatos do antigo testamento. Em Gênesis 2.7 Deus cria o homem do barro (pó da terra) e na história de Gilgamesh, muito antes da fundação do judaísmo, é Ururu quem o faz a partir do mesmo material. Gilgamesh, até então um ser inofensivo, torna-se alguém perverso que viola mulheres e escraviza os homens com trabalhos extenuantes e então o povo pede aos deuses que o tire desse martírio, o que é ouvido por eles. Os deuses decidem então criar, a partir do barro, um rival para Gilgamesh, um ser metade homem, metade animal: Enkidu (Oliveira, 2014).

Gilgamesh pode ser considerado herói porque “um herói, qualquer herói, distingue-se do comum das gentes por certas virtudes especiais” (Furtado, 2004: 13), e não poderia ser diferente já que era filho da deusa Ninsun, ou seja, um semideus, alguém diferente dos seres “normais” e, portanto, apto a feitos extraordinários.

A mitologia grega está repleta de histórias que buscam explicar o mundo e sua tensão entre o equilíbrio do cosmos, mostrando deuses, semideuses e

humanos dotados de poderes especiais ou com determinados atributos. Para os gregos, a harmonia do cosmos, onde as coisas devem estar onde foram feitas para tal, é o objetivo principal a ser perseguido pelos heróis em suas epopeias. Assim foi com Ulisses, recrutado pelos deuses para restabelecer a paz e o equilíbrio, na guerra de Troia. Mas o herói grego não teve um percurso fácil, especialmente em sua volta para Ítaca, então sua grande odisseia conta com diversas provas e tarefas no intuito de impedir que o mortal possa cumprir seu objetivo. E essa meta deve ser cumprida sem periclitacões, sem hesitações, sem o olhar no espelho retrovisor, não repetindo a atitude de Orfeu na ânsia de confirmar se sua amada Eurídice o estava seguindo.

O herói tem o seu périplo e nesse caminho enfrenta muitas dificuldades, lutas e volta então com o dever cumprido, satisfazendo assim aos anseios da sua “pátria”.

Um herói vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtêm uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes. (Campbell, 2007: 36).

A mitologia greco-romana mostra alguns exemplos desse percurso do herói. *Prometeu* roubou o fogo dos deuses e voltou à terra; *Jasão* navegou pelo mar, derrotou um dragão que guardava o *Velocino de Ouro* e retornou com ele para recuperar o trono; *Eneias* foi ao inferno, venceu *Cérbero* (o cão de guarda de três cabeças), encontrou o espírito de seu pai, voltou passando pelo portão de marfim ao seu trabalho no mundo. Todos esses personagens percorreram uma estrada bastante sinuosa a fim de obter o “status de heroísmo” que hoje gozam na cultura e história universais.

O herói começa sua aventura com a partida e esse momento acontece primeiramente com um chamado que “pequeno ou grande [...] sempre descerra as cortinas de um mistério de transfiguração [...] que, quando completo, equivale a uma morte seguida de um nascimento” (Campbell, 2007: 61). Essa partida traz cinco etapas: o chamado da aventura, a recusa do chamado, o auxílio sobrenatural, a passagem pelo primeiro limiar e o ventre da baleia.

Na primeira etapa é o chamado de aventura que é feito por um arauto, ou agente que anuncia a aventura (Campbell, 2007: 62). Campbell conta a história de uma menina princesa que perde sua bola dourada ao brincar próximo a um rio na floresta. Entre uma jogada e outra da bola para cima, a menina deixa o objeto cair e ir parar nas profundezas de um rio. De repente aparece um sapo que diz que pode buscar a bola caso a menina lhe promettesse sua convivência no palácio. Sendo assim, ele pega a bola e a entrega para a garotinha, mas ela

não cumpre sua promessa, deixando o sapo “a ver navios”. Campbell mostra nessa fábula que a aventura do herói pode começar com um erro. Só por causa desse erro então que o sapo (um ser extraordinário) aparece: “Eis um exemplo de um modo pelo qual a aventura pode começar. Um erro [...] revela um mundo insuspeito e o indivíduo entra numa relação com forças que não são plenamente compreendidas” (Campbell, 2007: 60).

A aventura começa e o herói já não pode mais recusar sua missão “e então, uma série de indicações de força crescente se tornará visível até que [...] a convocação já não possa ser recusada” (Campbell, 2007: 64). Para ilustrar esse aspecto da aventura Campbell conta a saga do jovem *Gautama Sakyamuni* (o futuro *Buda*) cujo pai o criou protegido do conhecimento sobre o envelhecimento, a doença, a morte e a vida monástica, para que o jovem não renunciasse à vida comum (pois quando do seu nascimento haviam profetizado que ele seria o imperador do mundo, ou *Buda*). Nessa história, quando chega o momento da revelação, os deuses vão apresentando ao jovem futuro *Buda* as faces da velhice (sob a forma de um ancião que ele encontra no caminho), da dor (sob o aspecto de um enfermo) e do autoexílio do mundo (um monge). Nos dois primeiros encontros o jovem se entristece e no último ele deseja aquele modelo (vida monástica) como caminho (para desespero de seu pai).

No entanto, essa aventura pode ser recusada. A recusa a essa convocação é a contraparte negativa dessa caminhada. “Aprisionado pelo tédio, pelo trabalho duro ou pela ‘cultura’ o sujeito perde o poder da ação afirmativa dotada de significado e se transforma numa vítima a ser salva” (Campbell, 2007: 66-67). Nos mitos e contos de fada mundo afora a recusa é “essencialmente uma recusa a renunciar àquilo que a pessoa considera interesse próprio” (2007: 67).

O auxílio sobrenatural é o que vai ao socorro do herói. Assim, “para aqueles que não recusaram o chamado, o primeiro encontro da jornada do herói se dá com uma figura protetora” (Campbell, 2007: 74). Essa figura fornece materiais (amuletos e outros) que vão ajudar o herói na sua jornada rumo ao seu objetivo. Na história da *Mulher-Aranha*, contada pelos índios americanos, uma pequena senhora (com aparência de avó) que vive debaixo da terra ajuda os deuses gêmeos da Guerra dos *Navajos* quando estes cruzam seu caminho. A ajuda consiste em mostrar o caminho para que eles cheguem ao seu pai, o *Sol*. Mas ela os adverte que a estrada é longa e perigosa (repleta de monstros).

Esse papel da anciã e fada-madrinha aparece nos contos de fadas europeus. Já no cristianismo (especialmente o católico romano), esse papel é feito pela Virgem Maria. Essas figuras representam “o poder benigno e protetor do destino” (Campbell, 2007: 76).

Nesse percurso, pode acontecer de o herói ter seus anseios pareados com os da sociedade que o enviou. No início da campanha russa, Napoleão afirmou: “Senti-me levado na direção de um objetivo que eu desconhecia. Assim que o alcançasse, assim que eu me tornasse desnecessário, bastaria um átomo para me derrotar” (Campbell, 2007: 77).

Após contar com o auxílio sobrenatural, o herói segue sua aventura até chegar ao “guardião do limiar” – porta que leva à área da força ampliada onde existem defensores que guardam o mundo nas quatro direções, marcando os limites da esfera ou horizonte de vida presente do herói, pois além desses limites estão as trevas, o desconhecido e o perigo. A passagem do limiar mágico é passaporte para uma esfera de renascimento simbolizada na imagem universal do útero (ventre da baleia). Ao invés de aplacar a força do limiar, este é jogado no desconhecido, dando a impressão de que morreu.

O estágio seguinte que se apresenta na jornada é o da iniciação, que tem seis etapas em seu percurso, a saber: o caminho das provas, o encontro com a deusa, a mulher como tentação, a sintonia com o pai, a apoteose e a bênção última.

Após a passagem pelo limiar (Campbell, 2007: 102), “o herói caminha por uma paisagem onírica povoada por formas curiosamente fluidas e ambíguas, na qual deve sobreviver a uma sucessão de provas”. Aqui começa a fase principal da aventura do herói, pois é onde ele enfrenta os desafios mais difíceis, como a história de Psique.

O tema do conto é a procura do amante perdido, Cupido. Quando Psique apelou a Vênus, a deusa tomou-a violentamente pelos cabelos e atirou-lhe a cabeça ao solo; em seguida, misturou diversos ingredientes (trigo, cevada, painço, sementes de papoula, ervilha, lentilha e feijões) numa pilha e pediu à moça que os separasse antes de anoitecer. Para cumprir tal tarefa, Psique contou com a ajuda de um batalhão de formigas. Já que a moça cumprira a tarefa, Vênus pediu que colhesse o Velocino de Ouro de uma certa espécie de carneiro selvagem, de chifres afiados e mordida venenosa, que habitava um vale inacessível numa floresta perigosa. No entanto, um junco verde lhe auxiliou ensinando a colheita dos fios de lã que os carneiros deixavam quando passavam. Cumprida a tarefa e não satisfeita ainda, a deusa exigiu um cântaro de água de uma fonte enregelante, situada no topo de uma altíssima montanha guardada por dragões que nunca dormiam.

A relação do herói com a figura feminina vai se cristalizar no próximo estágio da jornada proposta por Campbell (2007): o encontro com a deusa. Nessa fase, a última aventura, após o herói ter vencido os ogros e ultrapassado todas as barreiras, acontece o “casamento místico (*hierógamos*) da alma-herói triunfante com a Rainha-Deusa do Mundo” (Campbell, 2007: 111). A história de Actéon e Diana ilustra esse encontro.

O encontro com a deusa é o teste final do talento de que o herói é dotado para obter a bênção do amor. Na nossa analogia com o herói Moro pela mídia, esse encontro se dá com a própria mídia, entendida como deusa, como aquela que tal qual Diana pode transformar o herói que descobre sua nudez em uma criatura terrível, que seria depois devorado por seus próprios cães. Com efeito Moro encontra a deusa bem antes, quando considera que a imprensa deve ser cúmplice no combate à corrupção, já que para o magistrado (Moro, 2004: 57) “um Judiciário independente, tanto de pressões externas como internas, é condição necessária para suportar ações judiciais da espécie. Entretanto, a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano [da operação *Mani Pulite*⁹], é também essencial para o êxito da ação judicial”. Além disso o herói sabia do poder sedutor da deusa mídia para que seu feito pudesse lograr êxito:

A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. (Moro, 2004: 59).

A próxima fase da iniciação é a mulher como tentação onde (Campbell, 2007: 121) “o casamento místico com a rainha-deusa do mundo representa o domínio total da vida por parte do herói”.

A tentação que Moro (pela mídia) acabou caindo não foi outra senão o deleite no desfile em homenagens aos seus feitos, inclusive posando para fotos com figuras polêmicas da política brasileira (mais adiante detalhamos essa passagem). A mulher como tentação mimetiza o apelo da “deusa mídia” aos seus auspícios: capas de revista, coquetéis, títulos *honoris causa*, enfim, uma enxurrada de motivos de gozo que o fizeram embarcar nessa fase que Campbell propõe, com maestria.

⁹ A *Mani Pulite* (Mãos Limpas) foi uma operação de combate à corrupção na Itália ocorrida nos anos 1990 que inspirou Moro (segundo ele próprio) a aplicá-la no Brasil.

A fase seguinte é a sintonia com o pai e nela o herói deve depositar sua esperança e garantia na figura masculina. A sintonia é abandonar o monstro autogerado – o dragão que se considera Deus (o superego) e o que se considera Pecado (o *id* reprimido). No entanto, essa disposição requer o abandono do apego ao próprio ego e é aí que está a dificuldade. Há que se ter fé na misericórdia do pai.

A história de Faetonte é um exemplo da necessidade de um grande cuidado com o pai, que “só admite em sua casa os que se tiverem submetido integralmente aos testes” (Campbell, 2007: 130). No conto, Faetonte busca a qualquer custo impressionar seu pai, Febo, pedindo provas que ainda não poderia suportar. Na sua busca pela carruagem de seu pai e do direito de conduzir os cavalos alados por um dia apenas (2007: 130) e então ele conduz mal a carruagem que provoca uma confusão com fogo nos céus e terra e morte de milhares de pessoas e a lição dessa história é que (2007: 132) “a indulgência paternal ilustra a antiga ideia de que, quando as responsabilidades da vida são assumidas pela pessoa iniciada de maneira imprópria, sobrevém o caos”.

Assim, a busca por reconhecimento do herói Moro pela mídia é a tentativa de mostrar ao público que este passou nos testes ao prender políticos poderosos que até então não tinham conhecido o castigo e, principalmente, os mantidos lá, a despeito de críticas de parte dos envolvidos no processo. Ou seja, Moro é legitimado por esses feitos e pode enfim “ficar tranquilo na casa do pai”, já que passou pelas provas sacralizando assim a sintonia paterna.

A penúltima fase da iniciação é a apoteose. Aqui acontece a condição divina que o herói humano atinge quando ultrapassa os últimos terrores da ignorância, tal qual a lenda de Buda.

Um dos mais poderosos e amados Bodisatvas do budismo Mahaiana do Tibete, da China e do Japão é o Portador do Lótus, Avalokiteshvara, “o Senhor que Olha para Baixo com Piedade”, assim chamado porque olha com compaixão para todas as criaturas sensíveis que sofrem os males da existência. Para ele é dirigida a oração milhões de vezes repetida das rodas de oração e dos gongos dos templos do Tibete: *Om mani padme hum*, “a joia está no lótus” (Campbell, 2007).

A etapa final desta fase de iniciação chama-se benção última. Ou seja, “ultrapassando os limites das imagens terrenas, o herói se confronta com o desafio final de transcender a simbologia dos ícones” (Martinez, 2008: 56). A facilidade com que a aventura é realizada aqui mostra que o herói é um rei nato, um ser superior. O conto do príncipe da ilha solitário mostra isso. Esse homem

passou seis noites e dias no divã de ouro com a Rainha do Tubber Tintye, que ali estava, estando o divã montado sobre rodas de ouro que giravam sem parar, noite e dia. Na sétima manhã ele disse: “Está na hora de eu deixar este lugar”, e desceu e bebeu três garrafas com água do poço flamejante. No quarto de ouro havia uma mesa de ouro, e sobre a mesa, uma perna de carneiro e um pedaço e pão; “e mesmo que todos os homens de Erin comessem durante um ano à mesa, o carneiro e o pão seriam os mesmos, tanto antes como depois de eles comerem” (Campbell, 2007: 162-163).

A etapa do retorno do herói possui seis fases, a saber: a recusa do retorno, a fuga mágica, o resgate com auxílio externo, a passagem pelo limiar do retorno, o Senhor dos dois mundos e a liberdade para viver. Assim como na seção anterior, vamos mostrar brevemente cada uma dessas fases por vezes fazendo uma analogia com o herói estudado.

Esta etapa se inicia com a chamada recusa do retorno. Campbell conta que após o herói findar sua busca, por meio da penetração da fonte, ele deve retornar com o troféu transmutador da vida.

Um aporte que podemos fazer com nosso herói nessa fase é quando ele, tendo terminado seu trabalho (prender o ex-presidente Lula), se recusa a voltar a normalidade da sua vida na 13ª Vara Criminal de Curitiba, o que fica claro no episódio da decretação de soltura do ex-presidente pelo desembargador Rogério Favreto¹⁰. Na ocasião, Moro interrompe suas férias para manter o ex-presidente preso, ou seja, ele se recusa a voltar de sua missão! Moro agiu como o rei Muchukunda que (Campbell, 2007: 197) “em lugar de retornar, decidiu viver em retiro um degrau ainda mais longe do mundo. E quem diria que sua decisão não teve nenhuma razão de ser?”, e quem diria (para Moro) que ele não estava correto em não voltar, posto que era preciso ter efetivado o preceito daquela que foi definida como sua República: [onde] “aqui se cumpre a lei”?

¹⁰ No domingo 08 de julho de 2018 o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e que estava de plantão naquele dia, decidiu soltar o ex-presidente Lula após pedido da defesa do réu. Após ampla divulgação na mídia, seguiu-se um imbróglio sobre o cumprimento dessa decisão. De férias na Europa, Moro interveio pedindo para reconsiderar a decisão da soltura interferindo claramente numa ordem de alguém hierarquicamente superior a ele. Após essa intervenção (e diversas idas e vindas nas decisões durante o dia), o presidente do TRF4, Carlos Eduardo Thompson Flores, revogou a ordem de Favreto não concedendo a liberdade ao ex-presidente. Parafraseando o personagem K. em “O processo”, “a definição do domingo como dia de inquérito [*habeas corpus*] havia sido tomada para não perturbar K. na sua atividade profissional [no caso de Moro, no seu descanso laboral]” (Kafka, 2003: 35).

Após a recusa do retorno, o herói empreende a fuga mágica. Essa fuga acontece quando “após o herói obter a benção da deusa ou do deus e se for explicitamente encarregado de retornar ao mundo com algum elixir destinado à restauração da sociedade, o estágio final de sua aventura será apoiado por todos os poderes do seu patrono sobrenatural” (Campbell, 2007: 198).

“Uma variedade popular da fuga mágica é aquela na qual são deixados objetos no caminho para falarem pelo fugitivo e retardarem a perseguição” (2007: 200). Sobre isso, Joseph Campbell relata a história que os Maoris da Nova Zelândia contam sobre um pescador que um dia, ao chegar em casa, descobriu que sua mulher havia engolido os dois filhos. Ela estava ali no chão, gemendo e ele perguntou o que se passava com ela, o que ela respondeu estar doente. Então ele quis saber onde os garotos estavam e ela contou que tinham partido, no entanto o homem sabia que sua esposa estava mentindo. Assim, por meio de sua magia, ele fez com que ela regurgitasse os meninos. Os dois saíram vivos e inteiros. A partir daí o homem começou a ficar com medo da esposa e fugiu o mais rápido possível levando seus dois filhos.

No caso do nosso herói Moro, esse estágio não pode ser em parte preenchido. Podemos inferir que no retorno a sua fuga mágica, os obstáculos que lhe sobrevieram foram os oriundos daqueles que já o criticavam, os quais ele já estava vacinado. A mídia, ao mostrar por exemplo que o PT (Partido dos Trabalhadores) representara uma queixa contra o herói na ONU (Organização das Nações Unidas), logo relativiza o episódio destacando que na verdade tratar-se-ia de um comitê sem força de deliberação¹¹. Ou seja, a mídia agiria como apoio do herói nessa etapa da jornada ajudando-o a “fugir”.

A fase seguinte mostra que “o herói pode ser resgatado de sua aventura sobrenatural por meio da assistência externa” (Campbell, 2007: 206). Ou seja, o mundo precisa encontrá-lo para então resgatá-lo.

Se o herói – tal como Muchukunda – não estiver disposto a retornar, aquele que o perturbar sofrerá um pavoroso choque; mas por outro lado, se aquele que foi chamado apenas estiver sendo retardado – aprisionado pela beatitude do estado de existência perfeita (que se assemelha à morte) –, é efetuado um evidente resgate, e o aventureiro retorna. (2007: 206).

¹¹ No início de 2018 o PT protocolou uma denúncia na ONU acusando o juiz Moro de perseguição política utilizando na verdade a Justiça para tal (o *lawfare*). Jornais brasileiros relativizaram o fato destacando que caso houvesse uma condenação esta não teria efeito algum por tratar-se em primeiro lugar de uma recomendação da entidade e em segundo lugar por tal decisão ter sido promulgada por um comitê específico e não por todos os seus membros, o que deslegitimaria a assertiva: “a ONU condenou Moro por perseguição a Lula”.

Moro é resgatado pela mídia o tempo todo quando é atacado, sempre alguma matéria relativiza o acontecimento. Significa que a imprensa que o constituiu como herói vai ao seu encontro defendê-lo. Reportagens como “o que é verdade ou mito sobre Moro” evidenciam esse resgate, posto que, sob o olhar beneplácito da mídia, coloca como verdade sua versão sobre os fatos e mito aquilo que ainda está escondido e cujo desvelamento ela se recusa a reconhecer.

No seu caminho de volta, o herói enfrenta a próxima fase que é a passagem pelo limiar do retorno. “Seja resgatado com ajuda externa (...) ou carinhosamente conduzido pelas divindades orientadoras, o herói tem de penetrar outra vez, trazendo a bênção obtida” (Campbell, 2007: 213). A partir daí ele tem de enfrentar a sociedade com seu elixir e receber o choque do retorno enfrentando toda a incompreensão das pessoas as quais depositaram sua confiança nele, além do descrédito de alguns formadores de opinião ante sua aceitação para ser ministro no governo do presidente Jair Bolsonaro a partir de 2019.

É preciso compreender que as aventuras do herói se passam longe das terras conhecidas, em regiões de trevas. Seu retorno é descrito como a volta do além. Nesse sentido nosso herói aventura-se em terras distantes para a maioria dos seus fãs. O jogo em que ele participa não é conhecido da maioria dos leitores do jornal que o têm como herói e as trevas podem ser para eles a área política e jurídica, região desconhecida para quem torce pelos prodígios do herói juiz forjado pela mídia. Prender e manter preso diversos figurões da política e do empresariado, que durante muitos anos jamais se pensou ser possível, é uma tarefa hercúlea para a maioria das pessoas imaginarem a possibilidade de lograr êxito. Mas o herói o fez e a caminhada de retorno desse ser é acompanhada e tracejada de perto pela mídia mostrando os obstáculos que o herói vai enfrentando.

3.1. Jornada do herói Moro na Mídia.

Nesta subseção, como empiria analisamos duas matérias sobre Moro publicadas no jornal paranaense Gazeta do Povo, em dois eventos principais do cenário sociopolítico do país (o objetivo é mostrar exemplos de endeusamento do juiz federal para a opinião pública). Muitas delas guardam similaridades com os estágios da jornada do herói, como fizemos no início desta seção, então mostramos essa peculiaridade também em cada reportagem estudada. Procuramos aqui atuar como (Silva, 2012: 85) “um descobridor de sombras, um revelador de imagens latentes (...) um decifrador de enigmas do cotidiano

expressos sob a forma de uma produção simbólica cada vez mais mediada por tecnologias de contato”. É mister reiterar que as interpretações das matérias analisadas vão ao encontro do que assinala Legros et al. (2007: 110): “A interpretação do imaginário pressupõe que seja preciso descobrir alguma coisa ‘escondida’ na ‘aparência’”.

No dia 16 de março de 2016 uma conversa entre os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff foi divulgada nos principais meios de comunicação do país. Com a chamada “16 de Março de 2016: o dia que o governo Dilma ruiu” (figura 1) a reportagem inicia mostrando o tom belicoso daquela época que impregnava os homens de bem, os do Judiciário, o governo e o partido que o comandava: “Para salvar seu mentor político do juiz Sérgio Moro – e do risco iminente de prisão dentro da Operação Lava Jato –, a petista acabou abrindo a via para ser derrubada do poder”. Note-se que a matéria já ratifica o clima de luta existente e coloca Moro como um oponente. O trecho “(...) salvar seu mentor político do juiz Sérgio Moro” ironiza os esforços de Dilma de, nas palavras ocultas do jornal, “se livrar das garras da Justiça”. Ou seja, Moro traria a Justiça sobre si e mostrava ali que era alguém da arena, do octógono (tal qual o UFC), pronto para atacar e que fora surpreendido por declarações de seu oponente sobre uma possível esQUIVA dessa luta.



FIGURA 1 – 16 de Março de 2016: o dia que o governo Dilma ruiu.

FONTE – GAZETA DO POVO, 2016.

A matéria então subscreve o primeiro limiar, ou seja, uma grande prova para o herói: agir acima da lei na divulgação dos áudios para todo o país em prol de uma causa maior (Moro justificou seu ato invocando o direito à informação e transparência do processo a que a sociedade – supostamente – teria direito). Ou seja, a autoridade do herói estava subscrita pela mídia e como ela detinha na época o poder (quarto?) da narrativa, foi essa história que acabou colando no imaginário de grande parte da população. Não só a imprensa com

sua representante curitibana Gazeta do Povo fez a cantilena do discurso em que a população teria o direito de saber o que se passava nos bastidores do poder, quanto emulou e potencializou essa proposta nas suas páginas diuturnamente (porque o jornal se atualiza no modo *online*).

Outra matéria que trazemos para nossa análise aqui revela a disposição do jornal em mostrar Moro como aquele que vem para salvar a família e por isso mesmo esta promove uma festa em prol da sua luta contra a (suposta) corrupção (dos tolos, evocando Jessé Souza) vigente. No dia da votação do *impeachment* pela Câmara dos Deputados o jornal publicou em sua versão *online* a seguinte reportagem: “Manifestação em frente à Justiça Federal em Curitiba teve clima festivo” (figura 2). E que instituição poderia dar mais fé ao discurso de louvação ao (novo) herói Moro que a família? “Apesar do forte policiamento, as manifestações foram pacíficas, com *famílias* [grifo nosso] e pessoas de diferentes idades” (Gazeta do Povo, 2016, *online*).



FIGURA 2 – Manifestação em frente à Justiça Federal em Curitiba teve clima festivo.
FONTE – GAZETA DO POVO, 2016.

O jornal então mostra sua “impressão digital”, já que revela sua “memória afetiva somada a um capital cultural” (Silva, 2012: 57), e o “fato” relatado pelo jornalista é a oportunidade perfeita para dar vazão a essa fachada (nos termos de Goffman, 1975¹²) do veículo curitibano enaltecendo as pessoas de bem e famílias no ato a favor dos prodígios¹³ do herói. Seria honesto dizer na

¹² O autor estabelece dessa forma a concepção de fachada: “quando estão em meio a um ‘grupo particular de observadores’ os indivíduos tendem a assumir uma representação de si mesmos. Nesta representação, o indivíduo mantém certa caracterização a fim de gerar no outro uma imagem positiva de si, ao incluir em sua interpretação atributos socialmente apreciados” (1975: 29). Ou seja, a Gazeta se utilizou do texto para esboçar sua representação de si por meio dos apoiadores de Moro.

¹³ Um dos prodígios foi ter levado a (ex-)presidente Dilma a julgamento culminando no seu *impeachment*, já que divulgou os áudios de sua conversa com o ex-presidente Lula em março

mesma matéria que havia também outros protestos na cidade em defesa do governo Dilma, como um que aconteceu no mesmo dia na Praça Rui Barbosa contando com 5 mil manifestantes (segundo a CUT – Central Única dos Trabalhadores – a PM contabilizou 1,7 mil no mesmo evento)¹⁴. O texto, porém, não trouxe essa informação, preferiu não divulgar e é nosso objetivo aqui também mostrar quando isso acontece, já que (Silva, 2012: 87) “o narrador do vivido descreve essa ausência de revelação quando ela se faz evidente”.

Além do mais é mister assinalar que a Gazeta do Povo traduz aqui o que Antonio Gramsci aborda sobre a atividade jornalística: um fazer resultante do agrupamento cultural parcialmente homogêneo, de orientação ideológica equivalente, “predisposto à crença da orientação cultural autárquica, arraigado a finalidades projetivas realizáveis e norteado por duas perspectivas focalizadas no elemento principal do plano editorial, o público” (Larangeira, 2014: 168).

Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, transformáveis filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. (Gramsci in Larangeira, 2014: 163).

A matéria se revela como ícone do imaginário do veículo já que o predispõe a mostrar ao seu público uma narrativa de adesão e apoio ao então juiz federal, posto que não mostra as manifestações contrárias que em grande número também aconteceram na capital paranaense naquele dia. O imaginário deveria ter iluminado, mas a ideologia apagou tal feixe de luz que pudesse se esgueirar por alguma fresta.

Assim, o periódico paranaense como tecnologia do imaginário opera a junção desse cimento social (Maffesoli, 2001), dessa cola das pulsões de revide, raiva, ódio ao pobre, que fez (Souza, 2016: 96) “a direita conservadora e moralista de ocasião (...) sair do armário e se assumir” como tal. O jornal, ele mesmo toma tal posição sem pudor algum! Por acreditar fielmente estar cumprindo (na aparência) um dever cívico e (na essência) também um imperativo comercial (afinal, naquele período quaisquer notícias que envolvessem Lula e principalmente aqueles em que Moro é colocado como

daquele ano, o que foi decisivo para a abertura do processo de impedimento na câmara federal.

¹⁴ Matéria do G1 RPC Paraná mostrou diversas manifestações ocorridas na cidade naquela data, o que pode ser conferido em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/04/em-dia-de-atos-sobre-impeachment-curitiba-tem-protesto-pela-maconha.html>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

justiceiro), a Gazeta embarcou no imaginário vigente edulcorando seu herói como pôde.

A Gazeta do Povo, como tecnologia do imaginário, não buscava congregiar as pulsões objetivas e subjetivas e a reversibilidade destas por meio das matérias publicadas, mas antes (Silva, 2012: 23) “operar no território anárquico da potência”. E foi nessa bagunça vinda desde 2013, quando das manifestações das jornadas de junho, que o jornal inflama o *status quo* dos movimentos desejosos de justiça com a elevação do magistrado à condição redentora.

Mas o endeusamento não foi apenas do juiz de maneira isolada. Ele foi o ícone, alguém que precisava personificar uma ideia maior, um time, um conjunto que na época estava disposto a fazer “justiça” (nos termos que empregamos no início deste estudo) a qualquer preço – e a mídia foi fundamental nisso. É o que mostraremos na próxima seção.

4. DESMASCARAMENTO.

A gênese da Lava Jato se deu em março de 2014, quando a Polícia Federal, autorizada pelo juiz Sérgio Moro, prendeu os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater, dono do posto de combustível Posto da Torre, em Brasília, onde funcionava uma lavadeira e uma casa de câmbio e do qual derivaria o nome da operação, associando o estabelecimento de combustível à lavagem de dinheiro: lava a jato, Lava Jato. A operação fora coordenada por delegado e procuradores paranaenses, e homologada pelo magistrado da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, porque havia repasses expressivos de numerário da casa de câmbio de Chater para empresas do falecido deputado federal paranaense, José Janene, do Partido Progressista, e quem intermediava as transações era Youssef, condenado a 7 anos por Moro em 2004 por corrupção ativa no caso do Banco do Estado do Paraná (Banestado)¹⁵ e solto no ano seguinte após acordo de delação premiada.

O costumeiro caso de operações de câmbio fraudulentas, legalização de dinheiro oriundo de meios escusos e repasse a agentes públicos da propina extraída de percentuais embutidos em licitações com o poder público ganhou dimensão nacional quando foi descoberto ter Youssef agraciado com uma Land Rover Evoque o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa

¹⁵ A respeito do caso, ver Gasino, W. J. (2006). *Histórias sobre corrupção e ganância: os bastidores da CPI estadual do Banestado*. Curitiba: Editora Feller.

e na residência do recém-aposentado funcionário da estatal haver planilhas relacionando empreiteiras a licitações da Petrobras. Paulo Roberto Costa fora empossado no cargo em 2004, sob indicação do deputado Janene, na época líder do partido da base aliada do governo federal. A Lava Jato alcançava o núcleo diretivo da principal estatal brasileira, o centro do governo Dilma Rousseff – em especial porque Rousseff ocupara o Ministério de Minas e Energia no primeiro governo Lula e, por isso, fora presidente do Conselho de Administração da Petrobras – e, por extensão, o governista Partido dos Trabalhadores.

No decorrer das investigações a força-tarefa da Lava Jato montou o esquema de desvio de recursos da Petrobras e os respectivos operadores¹⁶: Alberto Youssef, na Diretoria de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa, entre 2004 e 2012; doleiro Fernando Baiano, na Diretoria Internacional, presidida entre 2003 e 2008 por Nestor Cerveró, indicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o tesoureiro do PT, João Vaccari, na Diretoria de Serviços, dirigida por Renato Duque, entre 2003 e 2012, indicado pelo PT. Os procuradores afunilariam as ações no partido petista, resultando na prisão de lideranças da agremiação partidária, vazamento por Sérgio Moro da escuta telefônica da conversa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma, em março de 2016, fato impulsionador do processo do impeachment presidencial, e na condenação e prisão de Lula, principal liderança popular no Brasil e único em condições de, na eleição presidencial de 2018, superar o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, governo do qual Moro faz parte como ministro da Justiça e Segurança Pública desde o início.

Os aventados direcionamento e seletividade nas investigações da Lava Jato, espetacularização jurídico-midiática e prevalência do jornalismo declaratório unidirecional [reverberação tão-somente da versão da força-tarefa e do magistrado, sem a mínima averiguação], institucionalização do princípio da culpabilidade em contraposição ao princípio da inocência obrigatório no sistema judiciário brasileiro, desrespeito intencional das prerrogativas e garantias constitucionais para desestabilizar acusados e forçá-los a delações preditas e a evidente imparcialidade do julgador, a ponto de intervir nas diretrizes do trabalho dos procuradores, foram comprovadas quando o site The Intercept Brasil passou a publicar em junho de 2019, na forma de matéria jornalística, diálogos entre os procuradores da Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro em grupos do serviço de mensagens Telegram. O material hakeado de celulares foi entregue ao jornalista Glenn Greenwald e a publicação, primeiro pelo The Intercept Brasil e depois pelo *pool* midiático formado, por ordem de ingresso, pela Folha

¹⁶ Acessível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>.

de S. Paulo, Universo Online (UOL), Veja, Blog do Reinaldo Azevedo, El País, BuzzFeed News e Agência Pública, foi denominada Vaza Jato.

Foram computadas 94 matérias até 10 de janeiro de 2020¹⁷ [data-limite do levantamento para o presente trabalho]. Versam elas sobre o favorecimento por parte da Lava Jato a jornalistas e empresas de comunicação conluídas; interferência no processo eleitoral de 2018 proibindo entrevistas com Lula na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, por possível favorecimento ao candidato petista Fernando Haddad, e o vazamento da delação premiada do petista Antonio Palocci na semana do primeiro turno da eleição presidencial; acobertamento a políticos e partidos mencionados nas delações, para evitar fraturas no apoio à operação, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e seu Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e em especial o depoimento do deputado Eduardo Cunha, responsável pela abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff em dezembro de 2015, quando presidente da Câmara dos Deputados; pressão no Supremo Tribunal Federal em três frentes: investigando deslizes dos magistrados José Antonio Dias Toffoli, ex-assessor jurídico do PT e advogado-geral da União no governo Lula, e Gilmar Ferreira Mendes, contumaz crítico dos desmandos do juiz Sérgio Moro e dos procuradores da Lava-Jato; estreitando a relação em jantares e eventos com os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux e instigando os movimentos dominicais a cobrar do STF apoio irrestrito à Lava Jato.

Ao aconselhar o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, no decorrer do processo contra Lula, o juiz Sérgio Moro transgrediu preceitos constitucionais –a inerente presunção da inocência como princípio–, o inciso IV do artigo 254 do Código de Processo Penal brasileiro, o qual coloca em suspeição e sugere o afastamento do magistrado quando o mesmo aconselhar qualquer das partes constitutivas do processo, e o artigo 8 do Código de Ética da Magistratura Nacional, relativo ao capítulo III - Imparcialidade – “O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição e preconceito”.

Sergio Moro interveio diretamente no trabalho da força-tarefa na fase da produção de provas contra o ex-presidente Lula e na regularidade das operações para se manter na agenda midiática. Em 28 de abril de 2016, Deltan avisa a colega Laura Tessler ter sido alertado por Moro da ausência de uma prova na peça de acusação e pede providência: “Laura, no caso Zwi [Zwi Skornicki,

¹⁷ Todas disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>

representante de estaleiro acusado por repassar propina a funcionários da Petrobras] Moro disse que tem um depósito em favor do Musa [Eduardo Musa, engenheiro da estatal] e se for por lapso que não foi incluído ele disse que vai receber amanhã e dá tempo”¹⁸; em um mesmo dia em março de 2017, o juiz orienta Deltan a conferir a sugestão da na época deputada federal paulista Mara Gabrili (PSDB) para ouvir o publicitário Marcos Valério, potencial testemunha de acusação, e aconselha mudança na equipe da força-tarefa presente nas audiências conduzidas por ele: “Prezado, a colega Laura Tessler de vcs é excelente profissional, mas para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem”¹⁹; e em 31 de agosto de 2016, Moro faz cobrança direta a Deltan: “Não é muito tempo sem operação?”²⁰.

O apoio irrestrito à Lava Jato por parte da elite do dinheiro, da classe média reacionária e a mídia mainstream (Souza, 2017: 209-234; Larangeira et. al.: 2018) assegurou a Sérgio Moro a notoriedade cujo resultado imediato foi o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro e também ensejaria o coordenador da operação a aventar capitalizar em proveito próprio e dos colegas o respaldo popular da operação, se valendo da infraestrutura do Ministério Público Federal em Curitiba e de familiares para abrir empresa pela qual administrariam o pagamento de palestras e eventos para os próprios integrantes da Lava Jato: “Se fizéssemos algo sem fins lucrativos e pagássemos valores altos de palestras pra nós, escaparíamos das críticas”²¹. Dallagnol propunha a mesma prática condenada pela força-tarefa em episódios de pagamentos de valores elevados para consultorias e palestras por empresas e institutos partidários envolvidos nas investigações.

¹⁸ “Novos diálogos revelam que Moro orientava ilegalmente ações da Lava Jato”, Veja, 5 de julho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capa-intercept-moro-dallagnol/>.

¹⁹ “Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a reportagem do Intercept”, The Intercept Brasil, 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>

²⁰ “Não é muito tempo sem operação?”, The Intercept Brasil, 9 de junho de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>

²¹ “‘400k’: Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros”, The Intercept Brasil, 14 de julho de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No Brasil dos anos 2016 a 2019 pudemos vivenciar momentos de grande turbulência político-institucional. Desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff até a eleição do candidato histriônico de extrema-direita Jair Bolsonaro, o país não conseguiu respirar para absorver toda essa reviravolta. Dois dos principais personagens determinantes na criação desta nova cena política foram o ex-juiz, e em 2019 ministro da Justiça do governo Bolsonaro, Sérgio Moro, e a força-tarefa da Operação Lava Jato. Durante todo esse período o ex-magistrado e os procuradores foram tidos como heróis por grande parte da população brasileira. Idolatria forjada pela mídia, que com raríssimas exceções ousou tecer alguma crítica ao trabalho conduzido com base em arbitrárias excepcionalidades jurídicas conceituais e procedimentais. Porém, em junho de 2019 o site The Intercept Brasil começou a divulgar conversas pelo aplicativo de mensagens Telegram entre os procuradores da força-tarefa e o na época juiz do caso.

O material revelou para a sociedade brasileira a atuação de Sérgio Moro como o verdadeiro chefe da investigação, agindo como parte acusatória no processo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ter a Lava Jato a deliberada predisposição de intervir no processo político de acordo com a linha ideológica dos componentes da operação. Desde então é constatável o declínio da popularidade e lastro da opinião pública aos até pouco tempo emblemáticos protagonistas da cruzada pela moralidade pública. Nesse sentido, este artigo teve por objetivo deslindar as trajetórias de Sérgio Moro e da força-tarefa da Lava Jato sob as perspectivas epistêmico-metodológicas da construção do mito, por Joseph Campbell, e apontar a ocorrência do desvelamento/desma-scaramento, na interpretação da Sociologia Compreensiva (Durand/Maffesoli/Silva), quando da emersão das provas da orientação política das operações da Lava Jato, da infringência de preceitos constitucionais e do Código de Processo Penal Brasileiro em razão do compadrio do julgador do caso com a parte acusatória e o propósito de benefício particular com o episódio, em termos financeiros ou horizontes político-partidários.

6. REFERÊNCIAS.

A Bíblia Sagrada. (1969). *Contendo o Velho e o Novo Testamento*. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

Bachelard, G. (1962). *Message de Gaston Bachelard*. Société de Symbolisme (Genève), Cahiers Internationaux du Symbolisme, n. 1, p. 5-6.

Bunfinch, T. (2001). *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): história de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Campbell, J. (2007). *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento.

Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Durand, G. (1997). *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. São Paulo: Martins Fontes.

Goffman, E. (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

Janot, R. (2019). *Nada menos que tudo: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque*. Depoimentos concedidos a Jairton de Carvalho e Guilherme Evelin. São Paulo: Planeta do Brasil.

Kafka, F. (2003). *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Larangeira, Á. (2014). *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina.

Larangeira, Á.; Prado Júnior, T.; Iacomini Junior, F.; Cardoso, M.; Florenzano, A. (2018). L'affaire Lula et l'action de l'imaginaire dans les grands médias brésiliens. *Sociétés*, Paris, v. 139, n. 1, p. 135-146.

Legros, P. et al. (2007). *Sociologia do Imaginário*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina.

Leite, P. (2015). *A outra história da Lava-Jato*. São Paulo: Geração Editorial.

Levitsky, S; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Maffesoli, M. (2001). O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 74-82.

Maffesoli, M. (2010). *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulina.

Maffesoli, M. (2011). *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina.

Maffesoli, M. (2016). *A ordem das coisas: pensar a pós-modernidade*. São Paulo: Forense Universitária.

Malebranche, Nicolas. (2010). *De l'Imagination. De la recherche de la vérité (Livre II)*. Paris: Vrin.

Martinez, M. (2008). *Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume.

Moro, S. (2004). Considerações sobre a Operação Mani Pulite. *Revista CEJ*, Brasília, v. 26, p. 55-62.

Prado Júnior, T. (2019). *Livrai-nos do mal: a tecnologia do imaginário na construção do heró Moro pela mídia*. Tese (doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná.

Serra, O. (1985). *A Mais Antiga Epopéia do Mundo: a Gesta de Gilgamesh*. vol. I, 1ª ed., Salvador: Fundação Cultural.

Silva, J. (2004). Interfaces, Maffesoli, teórico da comunicação. *Revista Famecos*. Porto Alegre: PUCRS, n. 25, dezembro, p. 43-48.

Silva, J. (2012). *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

Silva, J. (2017). *Diferença e descobrimento. O que é o imaginário? A hipótese do excedente de significação*. Porto Alegre: Sulina.

Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

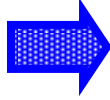
Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa.

Vogler, C. (2006). *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Weber, M. (2010). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: LusoSofia.

Williams, R. (1989). *Resources of Hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso.

(Ir al inicio del Capítulo)



(Ir al Índice)

